



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO DO SUL

Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, 128 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-102 - Campo Grande - MS - www.jfms.jus.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2024 - DFORMS/SADM-MS/DULF/CPGR-SUCT

A **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio da **JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MATO GROSSO DO SUL**, com sede à Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, n.º 128, Parque dos Poderes, Campo Grande/MS, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.422.922/0001-00, adiante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Juíza Federal Diretora do Foro ou pelo Vice Diretor do Foro em exercício da direção, designados pelo Ato n.º 10611, de 08/03/2022, da Presidência do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região, considerando o Despacho nº 11036639/2024 - DFORMS/SADM-MS/DULF/CPGR-SULS que autoriza a contratação por dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 (11055738), processos administrativos n.ºs 0000230-33.2024.4.03.8002 e 0001319-91.2024.4.03.8002, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Aviso de Contratação Direta - Dispensa Valor nº 10702444/2024 - DFORMS/SADM-MS/DULF/CPGR-SULS, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, demais normas aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual contratação de empresas para fornecimento, sob demanda, de alimentação, especificados no item 1 (um) do Termo de Referência nº 10983143/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta (11027181) são as que seguem:

Fornecedor: (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)	Razão Social: FJ Serviços de Alimentação Ltda. CNPJ: 21.685.103/0001-02 Endereço: Avenida Coronel Antonino, 3514 - Mata do Jacinto - CEP: 79033-000. Campo Grande/MS Telefone: (67) 3358-5012 WhatsApp Comercial (opcional): (67) 99607-4498 Representante: Amarildo Caciolato – Cargo: Sócio
Número do item do TR	Itens 1
Especificação	Item 1: Refeição pronta em marmitex ou outra embalagem adequada e reciclável, em tamanho médio, com peso de 700g a 800g no total. Fornecer talheres. Sugestão de cardápio: carne assada ou contra filé ou filé de frango (mínimo de 200g de carne) com arroz, legumes e feijão. Incluso talheres descartáveis.
Unidade	Unidade Item 1: unidade
Quantidade Máxima	Item 1: 3697 Definida pelo preço unitário, limitada ao valor máximo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para o item 1, nos termos do art. 82, § 3º, inciso II e § 4º, da Lei nº. 14.133/2021.

Prazo de garantia ou validade	Conforme TR
Preço Unitário	Item 1: R\$ 21,00

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será a Justiça Federal de Primeiro Grau em Mato Grosso do Sul.
- 3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. Não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente desta Contratação Direta.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de, quando for o caso, o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela.

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada mediante cadastro de usuário externo no sítio eletrônico oficial da unidade gestora, conforme disciplinado no ato convocatório, e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta, e observado o disposto no item 5.7, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:
- 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;
- 6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- 6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o órgão gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o órgão gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.6.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462/2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.1.5. Contratar empregados que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

8.1.5.1. A vedação acima se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 06 (seis) meses após a desincompatibilização.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462/2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462/2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462/2023).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

10.1. A Justiça Federal de Primeiro Grau em Mato Grosso do Sul fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas na presente Ata.

10.2. O gerenciamento da Ata de Registro de Preços será exercido pelo Núcleo de Planejamento da Contratação e Gestão Contratual - NUPG, em conformidade com o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e na Resolução PRES n.º 489/2022 ou outra que venha a substituí-la.

10.3. O servidor responsável pela fiscalização será designado oportunamente mediante Portaria.

10.4. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

11. COMUNICAÇÕES

11.1. Eventuais correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência.

11.1.1. As comunicações feitas ao órgão gerenciador deverão ser endereçadas ao Núcleo de Planejamento da Contratação e Gestão Contratual - NUPG, situada no endereço da JFMS, telefone (67) 3320-1272, ou no endereço eletrônico admms-nupg@trf3.jus.br

11.1.2. As comunicações feitas pelo órgão gerenciador em decorrência desta contratação ou de eventuais processos administrativos a ela inerentes, inclusive as relativas ao informe de rendimentos anual (conforme previsão contida no art. 37 da IN RFB nº 1.234/2012, em se tratando de pessoa jurídica, e no art. 3º, § 3º, da IN RFB nº 2.060/2021, no caso de pessoa física), serão realizadas em regra, por via eletrônica, no e-mail financeiro@figueirachurrascaria.com.br, conforme informado na Proposta Comercial, devendo o contratado mantê-lo atualizado.

11.1.3. Ao fornecedor caberá confirmar o recebimento da correspondência eletrônica, no prazo de 1 (um) dia útil, contado de seu envio pelo órgão gerenciador.

11.1.3.1. Na hipótese de ausência de confirmação do recebimento da correspondência eletrônica no prazo acima estipulado, considerar-se-á como realizada e recebida a comunicação pelo fornecedor.

11.1.4. Nos prazos para apresentação de defesa prévia e recurso, a Seção responsável pela intimação do fornecedor, franqueará, independentemente de pedido expresso, acesso ao “SEI – Sistema Eletrônico de Informações” ao representante legal do fornecedor, cujos dados foram informados na Proposta Comercial.

11.1.5. Quando estritamente necessário, as comunicações serão enviadas por via postal, endereçadas ao endereço da empresa informado no item 2 e na proposta comercial.

11.1.5.1. No caso de intimação para defesa e/ou recurso enviada por via postal e tratando-se de endereço localizado em edifício comercial, o fornecedor está ciente que a intimação será entregue na portaria e que o prazo para resposta será contado a partir do recebimento por funcionário próprio ou terceirizado atuante na referida portaria.

11.1.6. Eventuais mudanças de endereços deverão ser comunicadas por escrito.

12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e no Termo de Contrato, se houver, anexos ao edital ou aviso de contratação direta.

12.2. A presente Ata vincula-se ao edital de licitação (ou ao aviso de contratação direta, se for caso), à proposta do contratado e aos eventuais anexos desses documentos independentemente de transcrição.

12.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

12.4. O fornecedor deverá manter durante a validade da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata vai assinada pelas partes.



Documento assinado eletronicamente por **Camila da Silva Sandim**, Assessor de Licitações e Contratos, em 18/07/2024, às 12:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Amarildo Caciolato**, Usuário Externo, em 31/07/2024, às 10:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Danilo César Maffei**, Diretor da Secretaria Administrativa, em 31/07/2024, às 13:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Marchioli Leite**, Diretora do Foro da SJMS, em 31/07/2024, às 15:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **11057296** e o código CRC **E860DADF**.



INFORMAÇÕES DA ATA

Ata: nº 00005/2024	Última Atualização: 31/07/2024	Link da ata no PNCP: https://pncp.gov.br/app/atas/00508903000188/2024/1532/1
------------------------------	--	--

Vigência de 01/08/2024 a 01/08/2025	Órgão: JUSTICA FEDERAL	Unidade gerenciadora: 090015 - JF 1 GRAU - SJ/MS
---	----------------------------------	--

Valor Contratado:
R\$ 21,00

Fornecedor:
21.685.103/0001-02 - FJ-SERVICOS DE ALIMENTACAO LTDA

Objeto:
A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual contratação de empresas para fornecimento, sob demanda, de alimentação, especificados no item 1 (um) do Termo de Referência nº 10983143/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

INFORMAÇÕES DA COMPRA

Número da compra / Ano: 00019/2024	Modalidade da compra: 06 - Dispensa	Data da assinatura: 31/07/2024
--	---	--

ITENS DA ATA

Número	Item	Aceita Adesão	Qtd. Máxima Adesão	Código	Tipo	Qtd. Homologada
00001	Fornecimento de Refeições / Lanches / Salgados / Doces	Sim	2.00000	144162	Serviço	1,0000

DETALHAMENTO DO ITEM 00001

Descrição detalhada:	Fornecimento de Refeições / Lanches / Salgados / Doces
Código do item:	144162
Tipo do item:	Serviço
Quantidade homologada:	1,0000
Vigência inicial:	01/08/2024
Vigência final:	01/08/2025

FORNECEDOR(ES) ITEM 00001:

Classificação	CNPJ	Fornecedor	Qtd. total	Valor unitário
001	21.685.103/0001-02	FJ-SERVICOS DE ALIMENTACAO LTDA	1,0000	21.0000

UNIDADE(S) ITEM 00001

Código	Unidade	Tipo da unidade	Qtd. registrada	Qtd. disponível para remanejamento/empenho
090015	JF 1 GRAU - SJ/MS	Gerenciadora	1.00000	1.00000

ADESÕES(S) ITEM 00001

Qtd. máxima para adesão 2.00000

Qtd. disponível para adesão: 2.00000

Quantidade aguardando análise: 0

Aceita adesão Sim



Relatório Ata de Registro de Preços

Contratos.gov.br Unidade Gerenciadora 090015 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - MS

Relatório gerado através do Contratos.gov.br em 31/07/2024 17:12:18

Ata Registro Preços - Extrato 5/2024 - Divulgação PNCP (11057382)

Ata de Registro de Preços nº 00005/2024 - 090015 - P.4/4

SEI 0001319-91.2024.4.03.8002 / pg. 11



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO DO SUL

Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, 128 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-102 - Campo Grande - MS - www.jfms.jus.br

TERMO ADITIVO Nº 1/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº 5/2024 - DFORMS/SADM-MS/DULF/CPGR-SUCT
PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO,
SOB DEMANDA, DE ALIMENTAÇÃO.

A **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio da **JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MATO GROSSO DO SUL**, com sede à Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, nº 128, Parque dos Poderes, Campo Grande/MS, inscrita no CNPJ sob o nº 05.422.922/0001-00, adiante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Juíza Federal Diretora do Foro ou pelo Vice Diretor do Foro em exercício da direção, designados pelo Ato nº 10611, de 08/03/2022, da Presidência do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região, RESOLVE celebrar o presente **TERMO ADITIVO** à Ata de Registro de Preços nº 5/2024 - DFORMS/SADM-MS/DULF/CPGR-SUCT, firmada em 31/07/2024, decorrente do Aviso de Contratação Direta - Dispensa Valor nº 10702444/2024 - DFORMS/SADM-MS/DULF/CPGR-SULS, processos administrativos nºs 0000230-33.2024.4.03.8002 e 0001319-91.2024.4.03.8002, com fundamento na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, demais normas aplicáveis, e mediante as cláusulas a seguir especificadas:

1. DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo, conforme dispositivo legal, manifestações do FORNECEDOR (11828448 e 11911450), Informações nºs 11834533 e 11911458/2025 - NUPG e nos termos dos Despachos DFOR nºs 11839792 e 11911603/2025, da MM. Juíza Federal Diretora do Foro:

- 1) a prorrogação da vigência da referida Ata por mais **1 (um) ano, a partir de 01/08/2025**;
- 2) a alteração da razão social e do CNPJ do FORNECEDOR de "FJ Serviços de Alimentação Ltda. CNPJ: 21.685.103/0001-02" para "Figueira Comércio e Serviços. CNPJ: 04.294.151/0001-50"; e
- 3) a alteração do representante de "Amarildo Cacialato" para "João Francisco Fornari Denardi".

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

Pelo cumprimento do objeto deste Termo Aditivo o limite máximo de despesa da ata de registro de preços hora aditada terá o acréscimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) considerando o novo período de vigência.

3. DA RATIFICAÇÃO

Ficam integralmente ratificadas todas as demais cláusulas e condições da ata de registro de preços hora aditada.

4. PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma e no prazo previsto no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133/2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente aditivo vai assinada pelas partes.



Documento assinado eletronicamente por **Victor de Moraes da Cruz**, **Assessor de Licitações e Contratos**, em 25/04/2025, às 12:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **João Francisco Fornari Denardi**, **Usuário Externo**, em 07/05/2025, às 16:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Danilo César Maffei**, **Diretor da Secretaria Administrativa**, em 07/05/2025, às 18:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Augusto Iamassaki Fiorentini**, **Juiz Federal Diretor do Foro da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, em exercício**, em 07/05/2025, às 21:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **11914580** e o código CRC **ED1E49F0**.

Alteração de Ata de Registro de Preços

Alteração de Ata de Registro de Preços



[Ata de Registro de Preços](#) > Alteração de Ata de Registro de Preços > 00005/2024

Nº Alteração:	00001/2025				
Tipo de alteração:	Vigência, Fornecedor				
Anexo:	Nome	Descrição	Visualizar		
	SEI_11914580_Termo_Aditivo_N.I._1_2025.pdf	Termo Aditivo			
Data assinatura da alteração:	07/05/2025				
Data início vigência:	01/08/2024				
Data fim vigência:	01/08/2026				
Quantitativo renovado na prorrogação de vigência:	Sim				
Amparo legal da renovação de quantitativo:	Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023				
Justificativa/Motivo de alteração de vigência:	Termo Aditivo, conforme dispositivo legal, manifestações do FORNECEDOR (11828448 e 11911450), Informações nºs 11834533 e 11911458/2025 - NUPG e nos termos dos Despachos DFOR nºs 11839792 e 11911603/2025, da MM. Juíza Federal Diretora do Foro: 1) a p				
Fornecedor:	Fornecedor (Classificação)	Número	Descrição	Novo CPF/CNPJ	Novo nome
	21.685.103/0001-02 - FJ-SERVICOS DE ALIMENTACAO LTDA(001)	00001	Fornecimento de Refeições / Lanches / Salgados / Doces	04.294.151/0001-50	Figueira Comércio e Serviços
Ações					